

As Ciências Sociais na Contemporaneidade: paradigmas e conflitos

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros¹

Resumo

Analizando as profundas transformações da sociedade a partir do século XX, neste trabalho são avaliadas as rupturas de paradigmas das Ciências Sociais no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Estruturalismo, modernidade, pós-modernidade, mal da civilização, paradigmas das ciências sociais

Abstract

Analyzing the deep transformations of society since the XX century, this work assess the paradigms ruptures of Social Sciences in the contemporary world.

Keywords: structuralism; modernity; post-modernity; problem of civilization; social sciences paradigms

Discutir paradigmas e conflitos na contemporaneidade é mergulhar na singularidade do tempo presente, representada pelo que o senso comum denominou “geléia geral”, e o campo intelectual debate como mundo pós-moderno. As Ciências Sociais na contemporaneidade expressam a quebra de paradigmas, não só na tradição científica, mas em todos os níveis da vida social, seu objeto de estudo.

Se o termo paradigma, tradicionalmente significou “conjunto de regras aceitas consensualmente pela comunidade científica”, processou-se uma socialização de seu uso, com a banalização do significado, transpondo-se culturalmente para os costumes e todas as instâncias da vida social, como representação ou protótipo de comportamentos socialmente aceitos. Neste sentido, enquanto a dinâmica, o desenvolvimento das ciências físicas, da natureza humanas e sociais, sofreram verdadeira revolução com a teoria da relatividade, a física quântica e diferentes explicações do social, como evolucionismo, existencialismo, estruturalismo e todas as correntes de pensamento que marcaram o século XX, o cotidiano existencial, o indivíduo e o inconsciente vão-se incorporando aos debates científicos, estruturando diferentes linhas teóricas nas Ciências Sociais.

¹ Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros - Antropóloga, Profa de Graduação e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Dra em Ciências Sociais; Pós-Doutorado em Antropologia; Pós-Doutorado em Ciência da Literatura; E-mail: luitgarde@globocom

Para além dos debates científicos, ou até pela projeção deles e o uso dos produtos materiais resultantes dos avanços tecnológicos a partir da Revolução Industrial, palavras como “progresso”, “liberdade”, “direitos humanos” e tantos outros entes gerados nas construções filosóficas e científicas, com o avanço da imprensa e as concepções do fazer “política” ganham a rua, são incorporados às chamadas “preocupações do homem comum”, impregnando todo o campo da cultura da modernidade. Transpondo o espaço acadêmico, categorias elaboradas cientificamente são apropriadas pelo senso comum e transformadas em slogans para consumo, dentro dos desdobramentos da modernidade, até a forma contemporânea de linguagem, que confunde o plano da metáfora com o plano da metonímia, num processo intencional de escondimento da ordem social, o que constitui princípio de dominação.

Nas Ciências Sociais coube a Claude Lévi Strauss a superação das distâncias hierarquizantes que privilegiavam, desde o século XIX, as formas do conhecer científico em detrimento do conhecimento mágico. No início dos anos sessenta esse intelectual, demonstrando que esses dois tipos de conhecimento resultam de operações diferentes - porém com a mesma estatura, põe na mesma categoria valorativa a arte e a ciência, o que se constitui importante quebra de paradigma, no mundo da ciência. Nesta perspectiva, resgata a lógica própria do mito e seu papel de, sobrenaturalizando a cultura e sobreculturalizando a natureza, dar solução aos grandes paradoxos, que permanecem no real. O mito, recolhendo pedaços heteróclitos do tempo e do espaço, constrói o discurso estruturado pela linguagem. É um modelo lógico que resolve contradições, trajetórias da natureza para a cultura e da cultura para a natureza, fenômeno classificado como “Compensação”, por Jung. No mito todas as versões são verdadeiras ao mesmo tempo, enquanto no real, contradições como homem x mulher, por exemplo, não são nunca resolvidas.

Outro paradigma científico posto em questão por Strauss é a relação entre natureza e cultura. Discutida pelos filósofos da antiguidade grega, essa relação era resolvida pela posição de centralidade do homem na natureza. Na classificação de gênero e espécie, o homem, até meados do século XX, era denominado “homo sapiens”, sendo a cultura inscrita no próprio processo de seu desenvolvimento. Para os iluministas, a relação natureza e cultura é balizada pela concepção de uma natureza submetida pelo homem, paradigma levado às últimas consequências pelas revoluções urbanísticas, tecnológicas, estéticas e de exploração dos “recursos naturais”, realizadas pela fúria modernizadora do mundo ocidental que instaura

o progresso em ritmo acelerado, projetando-se, através do neo-colonialismo, sobre países, povos e culturas de diferentes continentes. O impulso para a mudança, característica da provisoriedade dos produtos do progresso, mercadorias a serem substituídas na dinâmica dos avanços tecnológicos, torna-se verdadeiro ethos da cultura contemporânea.

Esse paradigma tem sido paradoxalmente o mais combatido pelas Ciências Sociais e mais respeitado pela sociedade contemporânea, principalmente por homens de negócios, consumidores e autoridades políticas, sendo seus maiores defensores os chamados gestores das políticas públicas.

Lévi Strauss, ao identificar o homem com a natureza, afirma que a felicidade é cósmica, e que o pensamento selvagem se apóia na lógica do sensível. Essa identificação, libertando a natureza do domínio do homem, instaura um novo campo nas Ciências Sociais, que passam a denunciar as tragédias advindas da natureza gerenciada, durante quinze séculos pelo homem, em nome da racionalidade. Com o surgimento do sistema capitalista, o próprio homem sofre deslocamento de posição na hierarquia das relações, sendo posto a serviço da produção. Quebrando o domínio desse paradigma, surge outra relação, agora de oposição, entre natureza e sociedade, exigindo-se um novo modelo de convivência com a natureza, com a responsabilidade de sua preservação, como condição de sobrevivência da espécie humana. Este novo paradigma dá corpo e importância a duas ciências atualíssimas; Ecologia e Estudos do Meio Ambiente, infelizmente gerando verdadeira corrida a modelos de “Manuseio do meio ambiente de forma Sustentável”. É a mais recente “descoberta” de técnica de ganhar dinheiro, continuar “manuseando” a natureza, e ainda ganhar notoriedade como promotor de “desenvolvimento sustentável”.

Como na ciência multiplicam-se teorias, na vida social essas correntes aparecem representadas por diferentes concepções de mundo, norteando decisões, tomadas de posição, tanto em termos de díade, como de tríade. Na contemporaneidade a díade- relações entre os indivíduos, sofre mudanças aceleradas, sob a vigência de troca de valores, regendo-se os comportamentos por interesses próprios da sociedade de consumo, fazendo com que a tríade das instituições, mesmo em ritmo mais lento, acompanhe as determinações da sociedade pós- moderna. Perdendo a segurança da tradição, todos os seres humanos, submetidos à acelerada globalização, perdem referenciais identitários, sem que disponham de tempo para escolha, adaptação e construção de novos vínculos psicológicos e afetivos em relação a pessoas, espaços e situações imprevisíveis.

Nas Ciências Sociais as mudanças de paradigma se efetivaram sob o choque de duas guerras mundiais, o surgimento da sociedade soviética e a corrida armamentista - guerra fria, fenômenos que marcaram a face do mundo ocidental no século XX, dando consciência aos estudiosos do papel da violência mais irracional, na defesa e imposição de concepções de mundo. Atravessando um século de conflitos entre nações, em nome da liberdade e da democracia, ou da experiência socialista, os estudiosos desgraçadamente tiveram oportunidade de observação participante de modelos da chamada “civilização ocidental”, perdendo a “inocência” sobre as idéias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, elaboradas por intelectuais, eles próprios vivendo, em sua grande maioria, dos lucros do tráfico negreiro o que, à luz de uma ética prática, desnuda a falácia do modelo iluminista de sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX, o evolucionismo, campo científico onde vicejaram as chamadas “teorias racistas”, é duramente criticado por antropólogos como Franz Boas na Europa e nos Estados Unidos, Arthur Ramos e Josué de Castro no Brasil, entre outros, em todo o mundo, como uma ideologia legitimadora dos crimes do colonialismo europeu, denunciando os efeitos do tráfico negreiro na África e extermínio dos povos americanos, gêneses das dificuldades enfrentadas pelas nações desses continentes na incorporação das dinâmicas da sociedade industrial moderna. Desde o século XIX, antropólogos já haviam elaborado o conceito de etnocentrismo, para denunciar o efeito pernicioso da europeização do mundo sobre as diversidades culturais, diminuídas pelo extermínio de povos e culturas. Na primeira metade do século XX, substituindo paradigmas biologizantes de explicação da sociedade por modelos culturalistas, correntes de cientistas sociais promoveram revoluções científicas e de mentalidades, contribuindo para mudanças profundas nas instituições e no comportamento das pessoas, citando-se como exemplos no Brasil, a promulgação de leis contra o racismo e o combate ao nazi-fascismo, como ideologia genocídica contra a humanidade, negando-se a seus postulados, estatuto de ciência.

Na segunda metade do século XX, a partir da violência exterminadora de duas guerras, o mundo intelectual faz a análise crítica da sociedade ocidental, acrescentando novas categorias que põem em xeque afirmações consagradas, como o humanismo inerente a essa civilização. Condenando modelos muito abrangentes, contidos em grandes leis históricas, Agnes Heller resgata o cotidiano, enquanto Habermas insere a discussão sobre o individual. Marcel Mauss, construindo o conceito de fato social total, fala de um inconsciente para além

do empírico observado nas instituições, incorporando a idéia do poder do inconsciente, categoria formulada por Freud. Exorcizando o horror da história, Freud elaborou o mito da razão, trabalhando o mal estar da civilização. A partir da crítica a essa chamada apologia da razão, Gaston Granger elabora uma história desse conceito, negando sua absolutização, e afirmando o caráter histórico de seus usos, representados por diferentes significados atribuídos ao termo, na história da ciência.

Apesar da crescente desilusão com a cultura ocidental depois das duas hecatombes de 1914 e 1939, em 1948 ocupa significativo espaço polêmico o lançamento do livro do intelectual norte-americano naturalizado inglês, T S Eliot- “Notas para uma definição de cultura”. Nesse ano o autor recebeu o Prêmio Nobel de Literatura, por sua obra poética. No livro polêmico Eliot defende a teoria de que toda cultura surgiu e se desenvolveu ligada à religião, retomando quase o caminho desenvolvido em *As formas Elementares da Vida Religiosa* por Durkheim, de quem se diferencia primeiramente pela afirmação de que, numa sociedade de classes, a cultura é produzida por uma elite. Enquanto Durkheim acreditou na formação de cidadãos a partir de uma educação laica para todos, desenvolvendo uma Sociologia da Educação que mostrasse aos estudantes regras de socialização agregadora, baseada em deveres e obrigações do Estado e dos cidadãos, para Eliot a democratização baixa a qualidade da educação. Fazendo a apologia da cultura ocidental, afirma seu caráter humanista. Para ele a cultura é um modo de vida integral e não o somatório de elementos

Essa obra desencadeia uma série de debates durante décadas, sendo o mais importante a réplica de seu antigo discípulo George Steiner, intitulada “No Castelo do Barba Azul- Algumas notas para uma redefinição da cultura”, cuja primeira edição é de 1970. Nessa obra Steiner faz contundente crítica de caráter ético às afirmações de Eliot. Propõe uma revisão da cultura ocidental a partir dos fatos do século XX, afirmando que as imagens do passado nos afetam tanto quanto os mitos, dos quais cita o mito do século XIX- Jardim Imaginário da Cultura Liberal, difundindo confiança na superioridade do racionalismo, através das obras de Hegel, Comte e Claude Bernard. Para ele as conquistas da Revolução Industrial- responsável pelo enorme crescimento econômico do século XIX, guardou em seu seio, gestou a primeira guerra, o fascismo, o nazismo e o holocausto. Ao mesmo tempo interroga: por que o cristianismo ocidental não impediu ou condenou a crescente desumanização do trabalho das fábricas, até os campos de extermínio? Detendo-se na história da Europa nas duas guerras, Steiner ressalta a profunda irracionalidade que comandou a mais

repugnante mortandade, a carnificina seletiva que tirou do cenário um número estarrecedor de estudiosos, principalmente os mais jovens, na primeira guerra. O humanismo não impedindo os campos de extermínio, na primeira e na segunda guerra, submete-se à lógica da empresa bélica.

As reflexões de Steiner nos encaminham para o clima de desolação que atingiu as nascentes Ciências Sociais na França. Nesse período Durkheim se cercava de um grupo privilegiado de jovens pesquisadores na redação da Revista *Année Sociologique*, entre eles o filho e um sobrinho. No final do conflito que ensangüentou a Europa, entre 1914 e 1918, perdendo o filho e a quase totalidade dos discípulos, restou a Durkheim o sobrinho Marcel Mauss que desenvolveu a Escola Francesa de Sociologia, reestruturando com seus alunos a tradição da série *Année Sociologique*.

Steiner é um crítico feroz da cultura ocidental, portadora, em sua perspectiva, dos germens da destruição, que ele denomina barbárie. À afirmação de Eliot, de uma Educação redentória, Steiner replica mostrando que a educação na Alemanha nazista se desenvolveu junto com os campos de concentração, e que depois da destruição da guerra se promoveu a implantação de moderníssima industrialização. Encerra a análise da cultura ocidental defendendo a tese de que nenhuma cultura se afirma sem uma arqueologia constante de suas tradições, de suas expressões. Nesse nível de análise, declara a falência das previsões do iluminismo, arrematando: Sem esperança, sem núcleo utópico, é impossível ser! Avançando as reflexões sobre o presente e o futuro, esse autor denuncia como características do mundo contemporâneo, o banimento do silêncio com a banalização da música, o recuo da palavra expressão de compromisso - substituída pela mentira, a falta de leitura dos originais - preferindo-se a leitura de especialistas sobre os autores e suas obras, o eclipse da palavra pela perda da intercomunicação entre as pessoas e a falta de questionamento sobre o objetivo da ciência - o que causa perda moral irreparável. Para ele, na razão do mundo contemporâneo está contida a desrazão, própria de uma pós-cultura. Depois do clima bélico que caracterizou o século XX, essa cultura, diminuída depois da catástrofe, não pode se arvorar em paradigma de nada.

Refletindo sobre a crítica desse autor, observa-se que ele não se refere, em sua arqueologia da civilização ocidental, ao genocídio perpetrado contra as populações africanas durante mais de quatrocentos anos, pela escravidão surgida no início da modernidade. A mesma civilização que não podia mais conviver com a servidão da gleba, cria a condição de

trabalho livre na Europa, instaurando a escravidão dos nascidos no continente africano e o extermínio dos chamados povos indígenas. Uma das características do mundo contemporâneo é o resgate dessa história, desmascarando-se o mito do “processo civilizatório” desencadeado pelo ocidente desde o século XVI, primeiro movimento de globalização dessa cultura humanista cristã.

Longe dessa vertente do pessimismo, autores como Jean Paul Sartre e Edgar Morin questionaram paradigmas científicos utilizando outros tipos de argumentação. Sartre, na perspectiva do existencialismo marxista, realiza estudos mais abrangentes da sociedade, considerando aspectos materiais, sociais e espirituais do ser humano e do mundo em que viveu. Incorporando conceitos das teorias marxista, existencialista cristã e psicanalítica, o autor supera uma das críticas mais recorrentes ao marxismo vulgar, por seu viés paralisante dos indivíduos, que é o lugar do homem na sociedade, a partir da idéia da ação humana em “condições historicamente determinadas”. Dando nova significação à categoria marxista “sujeito histórico”, Sartre recorre à psicanálise e à história social e individual, elabora a categoria “possível histórico” para, enfatizando as condições do grupo social (família e classe) de que faz parte o sujeito histórico, além de suas condições materiais e psicológicas de existência, entender a forma como o indivíduo, ser social, participa da construção de seu destino, de sua própria existência, de seu lugar no mundo. É o possível histórico de cada homem, marcando sua singularidade no mundo em que vive. Do existencialismo Sartreano, repetiu-se insistentemente nas décadas de cinquenta, sessenta e setenta do século passado, a sentença: “O importante não é o que a vida fez de você, mas o que você permitiu que a vida fizesse de você”!

Disseminando-se como modismo o corpo teórico existencialista adaptado pelo senso comum, difundiu-se como cultura de uma época, como forma mais avançada de vivência social a novele vague, o desfrutar a vida rompendo paradigmas institucionais consagrados, como a forma de vida amorosa de pessoas copiando o modelo existencialista do casal Sartre – Simone de Beauvoir. Criticados pelo Partido Comunista do qual faziam parte, Lucien Goldman, Garaudy e Sartre, tanto quanto Camus, representaram a filosofia de uma época, a atitude diante do mundo do pós-guerra, o enfrentamento com o estabelecido, modelando uma visão crítica da juventude contra antigas instituições, como a estrutura universitária. Infelizmente foram estudados de forma superficial, com pouco aprofundamento teórico pelas multidões de jovens que se deslocavam entre festivais, passeatas, slogans tipo “é

proibido proibir”, busca de uma “aldeia global” (inspirados no ideólogo da comunicação, o sociólogo canadense Marshall McLuhan), mal interpretado por grupos que, em lugar de entender suas reflexões sobre o papel das tecnologias da comunicação encurtando distâncias entre diferentes localidades do mundo, transformaram-no num profeta do retorno à aldeia, a formas de “convivência natural”, idealizadas e postas em prática nas aldeias alternativas dos hippies. Num debate acirrado de uma assembléia estudantil na Faculdade Nacional de Filosofia, em finais dos anos sessenta, um exaltado orador anunciava tempos em que o mundo todo se comunicaria num só idioma, com um só governo, na aldeia global. Cética, perguntei-lhe: “Falando qual idioma, e com que cacique, cara-pálida”?

As transformações se impuseram aceleradamente no mundo do trabalho, nas relações internacionais e nos sistemas produtivos com o avanço do capitalismo financeiro, culminando, na década de oitenta, com o anúncio da globalização, entendida como produto da Revolução da Cibernética.

Atingindo a maturidade e se aproximando de um século de experiência vivida, Strauss apresenta o sonho utópico de uma “Sociedade Tecnocrônica” onde se faria o progresso sem exploração do homem e sem escravidão. Projetando um futuro radiante, o filósofo antropólogo concebe uma estrutura social harmoniosa, com a nova tecnologia a serviço da sabedoria.

Situando cronologicamente a pós-modernidade nas manifestações, lutas, sonhos e desacertos da geração 68, muitos autores citam como tipicidades do pensamento atual o surgimento exacerbado de categorias que se autodenominam pós: pós-moderno, pós-graduado, pós, pós..., mas principalmente um relativismo generalizado, uma insatisfação de origem coletiva, com propostas de saídas individuais.

Tomando-se como centralidade um tema grato aos discursos humanistas e do cristianismo, chama à atenção a perda de importância da categoria justiça. Como afirma Baudrillard, nesta cultura da simulação funde-se o real com o imaginário, resultando desta operação a cultura do simulacro conhecido como o “hiper-real”.

Exemplo da secundarização da justiça no mundo contemporâneo registra-se no sistema organizacional do governo do Estado do Rio de Janeiro: numa concepção administrativa dos problemas da sociedade fluminense não explicada à população, foram eliminadas a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos, criou-se a Secretaria de Segurança e, em nome da cidadania, surgiu a Secretaria de Assistência Social e Direitos

Humanos, desaparecendo a categoria “justiça” de qualquer nível da dinâmica administrativa da sociedade. É como se, eliminando-se a instância de recurso para exigência de justiça, desaparecesse da sociedade a injustiça, seja no plano da lei, seja no sentimento dos injustiçados. Esse fenômeno de opacidade do real Baudrillard categorizou como “simulação viral”, uma indistinção entre o certo e o errado, o bem e o mal. Oposições malditas para os modernos, os neoliberais, que acusam de maniqueísmo qualquer reivindicação de transparência, procurando agressivamente eliminar as chamadas “patrulhas ideológicas”. Desta maneira, a simulação viral contamina todas as categorias, fenômeno exemplificado pelo sexo, que está em toda parte. Há que se substituir a frustração advinda da destruição das utopias (de uma sociedade humana igual e justa), pela satisfação individual dos sentidos, exigindo-se da humanidade que “descubra o prazer do consumo, a realização de poder comprar tudo que seus instintos e impulsos exigirem como prazer”.

Não realizadas as utopias, instaura-se o terrorismo de estado, bem representado pela era Margareth Thatcher- Ronald Regan que, em nome do liberalismo e do estado-mercado, resgata o princípio do mal, representado pela violenta repressão contra trabalhadores, supressão de seus direitos sociais, gastos astronômicos com “políticas de segurança”, invasão de países e, acima de tudo, o desemprego generalizado em nome do enxugamento e concentração das empresas transnacionais, para crescimento dos lucros. Sob o domínio do FMI e do Banco Mundial, o mundo volta à fome e à insegurança do pós-guerra, cabendo aos países chamados emergentes, mais uma vez, a sangria maior de suas forças produtivas, pelo pagamento da dívida que, pela arbitrária mudança das taxas de juros, se torna impagáveis. A submissão dos países dominados é tão aviltante que, reproduzindo o papel dos feitores de senzala do regime escravista e dos “contratadores” do império que extorquiam impostos da colônia, os governos eleitos, através do “superávit primário”, retiram da riqueza produzida pelo trabalho da nação: primeiro os bilhões de dólares para os “credores” internacionais, reservando as sobras para o atendimento da população, ressalvadas os gastos de todas as instâncias da administração, por onde escorre a sangria da corrupção, facilitada pela má “gestão” do ente público. Numa cultura de simulacro, a cada nova “lei de proteção” a uma categoria social, corresponde uma supressão real de seus direitos. Assim é que, junto com a “lei de proteção aos idosos”, vem o “redutor do salário dos aposentados” e a “cobrança de previdência dos aposentados”. Às leis de proteção ao menor, corresponde a diminuição e malversação das verbas para saúde e educação.

Nesse cenário de horror, as Ciências Sociais se entregam, predominantemente a uma relativização metodológica de tal profundidade, que terminam por naturalizar fenômenos como exclusão social, tratada como mera categoria de análise científica, esvaziada dos homens e seu sofrimento decorrente do desemprego com seu rol de iniquidades, abrangendo o nível de falta de atendimento de todas as necessidades humanas, inclusive aquelas resolvidas na Revolução do Neolítico, como moradia, vestimenta e escrita. Porém não faltam ao debate dos paradigmas de nossa época, vozes como Zigmunt Baumer, Edgar Morin, Perry Anderson, James Petra e outros autores que fazem do instrumental teórico das Ciências Sociais instrumentos de luta pelo equilíbrio dos direitos sociais para todos, condenação da irracionalidade do mercado que, transformando em mercadoria lucrativa todos os bens da natureza e da produção humana, torna-se um atentado à dignidade humana. Na lógica do mercado, apenas aqueles que podem comprar têm direito à vida, o que vale dizer que os critérios do lucro são a lei que rege os índices demográficos do planeta, inclusive estabelecendo políticas populacionais como esterilizações em massa em regiões de pobreza, como Índia, América Latina e África.

Comemorando-se em 2009 os setenta anos da criação de cursos de Ciências Sociais na Universidade do Brasil- atual UFRJ, setenta e seis anos na USP e setenta e cinco na UDF - Universidade do Distrito Federal, resgata-se a importância de muitos intelectuais brasileiros que, no século XX, lutando pela criação de Universidades no país, com ênfase para os cursos de Ciências Humanas e Sociais, contribuíram para o debate internacional sobre os paradigmas da ciência e da sociedade de seu tempo. O pioneirismo desses intelectuais aparece na discussão de temas como racismo e fome, além de ruptura de paradigmas científicos como as explicações biologizantes do século XIX, retomadas na década de trinta com a ascensão do nazi-fascismo na Europa.

Neste ano de 2008 comemora-se o centenário do médico, geógrafo, sociólogo, antropólogo e escritor Josué de Castro, o pesquisador que, a partir de estudos sobre as condições alimentares de trabalhadores em Pernambuco- seu lugar de nascimento desenvolve instrumental teórico metodológico que o leva a denunciar a insustentabilidade de paradigmas científicos, difundidos pela cultura letrada de sua época, que tratavam a fome como um fenômeno natural, produzido por catástrofes da natureza. Empregando saberes adquiridos nas diferentes formações teóricas das profissões que exerceu, esse intelectual projetou-se internacionalmente como o maior especialista no tema da fome, com a publicação do Livro

Geografia da Fome, em 1946. As Ciências Sociais se tinham instituído no Brasil há vinte e dois anos, e já introduziam novos paradigmas no pensamento científico. Traduzido em trinta e quatro idiomas, o livro se transforma em best seller científico, reeditado aceleradamente em todo o mundo, estudado nos cursos de medicina, geografia, política, sociologia e antropologia, além de se tornar leitura obrigatória de intelectuais em todo o mundo. Em seqüência, ampliou os estudos, publicando Geopolítica da Fome e vários livros como Homens e Caranguejos, pelos quais recebeu prêmios literários. Pondo o conhecimento a serviço da humanidade, Josué de Castro criou o Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, foi Catedrático de Geografia Humana na U B, participou da criação da lei do salário mínimo e como deputado federal criou o projeto dos restaurantes populares, dos restaurantes universitários e para secundaristas, além da obrigatoriedade da merenda escolar. Por duas vezes foi presidente da FAO, primeiro órgão efetivo criado pela ONU, para o combate à fome. Nos debates sobre o desenvolvimento brasileiro na década de cinquenta, lutou pela reforma agrária seguida de escolarização das populações camponesas, a partir da fixação do homem no campo. Cassado pelo golpe de 1964 viveu como professor em universidades européias falecendo no exílio em Paris, em 1973.

Arthur Ramos, médico, antropólogo, psiquiatra, pesquisador e pedagogo, foi o primeiro catedrático de Antropologia da Universidade do Brasil, a partir de 1939, tendo ministrado a cadeira de Psicologia Social na UDF em 1935, sendo o criador dessa disciplina no país. Grande estudioso do negro no Brasil e nas Américas, desde 1934 publicou livros e artigos sobre o tema, dando importante contribuição às Ciências Sociais em seu tempo, dialogando com os principais estudiosos do tema em todo o mundo. Recebendo intelectuais de vários países, generosamente deu-lhes acesso a suas pesquisas, organizou um museu particular sobre arte negra, além de publicar quase quatrocentos títulos, numa curta existência de quarenta e seis anos de idade. No campo das ciências da saúde escreveu importantes obras sobre Psicanálise, correspondeu-se com Freud e os mais importantes intelectuais de seu tempo, sendo o introdutor da psicanálise infantil na Bahia. Também publicou o primeiro livro sobre Jung no Brasil, comparando seu método de tratamento das neuroses e psicoses, com os trabalhos de Freud e Adler. Participou, com Anísio Teixeira, da modernização da rede pública de ensino do Distrito Federal, a partir de 1933. Distinguiu-se pelo resgate e revisão crítica da obra de Nina Rodrigues, denunciando os paradigmas das explicações biologizantes das teorias racistas, optando, em consonância com Franz Boas, pelas teorias culturalistas. Combatendo o

racismo, participou de muitas associações de negros, lançou em 1935 o primeiro Manifesto Contra o Racismo, em 1942 criou a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia-SBAE, exercendo intensa militância nas denúncias contra o nazi-fascismo, em associação com a UNE, os sindicatos e intelectuais que se engajaram nessa luta, no mundo inteiro. No pós-guerra, denunciando a carreira armamentista da guerra fria, alia-se à corrente pacifista articulada em todo o mundo, na tentativa de se criar uma nova cultura expurgada dos germens da destruição, posteriormente tema dos debates já apresentados neste artigo. Sua importância no campo das ciências, tanto quanto o posicionamento a respeito da aplicação do conhecimento para a melhoria da condição humana, explicam o convite que lhe é formulado pelo presidente da UNESCO, para ser o primeiro Diretor efetivo do Departamento de Ciências Sociais daquele órgão. Concebendo a Antropologia como a ciência que aborda o homem em todas as perspectivas, do biológico, cultural, psicológico, a todos os níveis do social, Ramos propõe o conhecimento antropológico como a ciência integral do homem, recorrendo a todos os ramos do conhecimento, trabalhando a idéia de Antropologia Aplicada.

Chegando a Paris em agosto de 1949, Arthur Ramos se entrega freneticamente à organização do Departamento, trabalhando com seus companheiros de missão: Bertrand Russel, Jean Piaget, Maria Montessori e Julien Huxley, sob a presidência do intelectual Jaime Torres Bodet, responsável pela grande reforma da educação no México. Como primeira providência, Ramos se corresponde com intelectuais brasileiros, objetivando integrar as Ciências Sociais aqui nascentes, no movimentado debate científico sobre o papel da UNESCO e das ciências na reconstrução do mundo estilhaçado do pós-guerra. Ao mesmo tempo providencia a organização do Boletim, onde publica o artigo “A Questão Racial e o Mundo Democrático”, defendendo um mundo sem preconceito racial, analfabetismo, fome, fábricas de armas, dominação econômica de países e corrupção política, paradigmas que norteariam a construção de uma nova sociedade.

Por sua posição central no mundo da ciência, das artes e da cultura, um intelectual brasileiro, a partir da atuação da UNESCO, estava participando da elaboração de novos paradigmas da ciência, colaborando para a reestruturação da cultura ocidental, perseguindo o sonho utópico do conhecimento a serviço do homem. No último dia de outubro de 1949 um enfarte fulminante retira Arthur Ramos da arena política e intelectual, sem que tivesse podido consolidar o paradigma científico da interdisciplinaridade, já enunciado em sua concepção de Antropologia como a ciência integral do homem.

Cabe a Edgar Morin, intelectual atuante neste início do século XXI, a sistematização do conceito de pensamento complexo como o paradigma científico das Ciências Sociais contemporaneamente. Outro avanço científico realizado por Morin, além das teorias sobre a cultura de massa no século XX, foi a ampliação do conceito de espécie humana como “*homo sapiens sapiens*” , tradicionalmente aceito, decorrente da incorporação do “*demens*” à categoria, realizada por esse pensador. Constitui-se verdadeira revolução de paradigmas a concepção da espécie como “*homo sapiens sapiens demens*”. Dessa concepção, que anula o mito da superioridade e do distanciamento da ciência no processo do conhecimento, decorre a retomada de questionamentos já feitos por Steiner: qual a autonomia do conhecimento científico? É possível desenvolver-se um conhecimento que se justifica por seus próprios postulados? Para que serve esse conhecimento? No livro *Ciência com Consciência*, Morin investe contra a auto-avaliação da ciência, que deve responder aos questionamentos da sociedade: Para que serve? Que benefício traz para a humanidade enquanto espécie? Para quem é feita? A quem beneficia? Por que o desenvolvimento acelerado das tecnologias da morte?

Transbordando do campo das ciências, essas indagações inquietam a humanidade acuada pelos custos da lógica belicista que impulsiona as políticas de segurança, alimentadoras das tecnologias da morte. Aguçando o clima do mal estar da civilização, as estratégias de guerra preventiva e eliminação do terrorismo da era Busch produzem a cultura do medo e a inversão de todos os valores, quando os orçamentos do governo suprimem gastos com o atendimento de saúde, educação, moradia, previdência social, enfim todas as ações necessárias ao bem estar de grandes contingentes humanos vitimados pela miséria. Paradoxalmente, no país mais rico do mundo, Estados Unidos da América do Norte, conta em seus relatórios escondidos pelas agências de propaganda, com trinta e cinco milhões de pessoas abaixo da linha pobreza. Uma pergunta que se impõe é se esse número está contabilizado pela ONU, quando anuncia que dois terços da humanidade estão submetidos à violência da fome.

Como se vivêssemos um enredo de ficção científica, no mesmo momento histórico em que as Ciências Sociais recolhem esses dados sobre a ação dos sistemas econômicos e políticos da administração da sociedade humana, os desastres ecológicos parecem a denúncia e a condenação dos quinze séculos de administração da natureza pela racionalidade dos produtores da cultura tecnologicamente mais avançada da história.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti – Arthur Ramos e As Dinâmicas Sociais de Seu Tempo. Maceió, EDUFAL, 2005, 2ª edição
- _____. Questão Nacional e Globalização na abordagem de Nelson Werneck Sodré, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, a.187, n. 433, out./dez, 2006 p 145- 159
- BAUMAN, Zigmunt –Modernidade Líquida. Rio de Janeiro, Zahar Ed, 1994
- _____. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro, Zahar Ed, 1998
- _____. Medo Líquido. Rio de Janeiro, Zahar Ed, 2008
- CHATTERJEE, Partha- Colonialismo, Modernidade e Política. Salvador- Ba, EDUFBA, 2004
- ELIOT, T. S.- Notas Para Uma Definição de Cultura. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1988
- HALL, Stuart – A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A Ed, 2001. 6ª ed.
- LECLERCQ, Jacques- Do Direito Natural à Sociologia. São Paulo, Livraria Duas Cidades, s/d
- LÖVY, Michael-Nacionalismos e Internacionalismos da época de Marx até nossos dia. São Paulo, Xamã VM Ed, 2000
- MORIN, Edgar- Ciência com Consciência. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000
- PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.) – O Pensar Complexo Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro, Ed Garamond, 1999, 2ªed.
- POANYI, Karl – A Grande Transformação – As origens da nossa época. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2000
- RODRIGUES, Maria Lucia; CARVALHO, Edgard de Assis (Orgs.) – Edgar Morin Em Busca Dos Fundamentos Perdidos. Porto Alegre-R S, Ed. Sulina, 2002
- SCAHILL, Jeremy – Blackwater A ascensão do exército mercenário mais poderoso do mundo. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2008
- STEINER, George - No Castelo do Barba Azul- Algumas notas para a redefinição da cultura. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1991.
- _____. Linguagem e Silêncio Ensaio sobre a crise da palavra. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1988